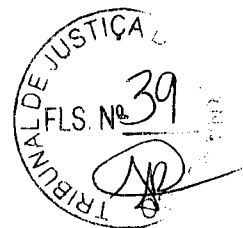




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0203063-3

048

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: IRACILDA GOMES DA SILVA

PACIENTE: DRAUZIO DYEGO PAES BARRETO REIS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO

EMENTA: HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE ROUBO PARA FURTO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA MOTIVADA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE.

- 5212
1. O alegado excesso de prazo não se configura, *in casu*, mormente quando o feito tramita regularmente, já tendo sido designada audiência de instrução e julgamento para o próximo dia 05/02/2010.
 2. A almejada desclassificação do delito atribuído ao paciente não é possível, vez que, há necessidade de revolvimento de matéria fático-probatória, incabível na estreita via do *habeas corpus*.
 3. Em tema de prisão cautelar é razoável que se credite ao Juiz, por estar mais próximo do local dos fatos e das pessoas envolvidas, melhores condições de aquilatar sobre a necessidade da segregação cautelar.
 4. Ordem de *Habeas Corpus* denegada. Unanimidade.

ACÓRDÃO



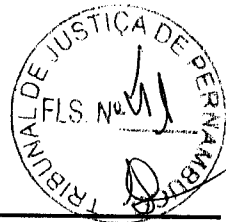
Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 203063-3 onde figura como paciente Drauzio Dyego Paes Barreto Reis, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de *habeas corpus* pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

049

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0203063-3

050

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: IRACILDA GOMES DA SILVA

PACIENTE: DRAUZIO DYEGO PAES BARRETO REIS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO

RELATÓRIO

A Bela. Iracilda Gomes da Silva impetrou o presente *habeas corpus* em favor de **DRAUZIO DYEGO PAES BARRETO REIS**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Recife.

A impetrante alega que em desfavor do paciente foi decretada prisão preventiva no dia 09/11/2009 por suposta prática de roubo, crime atribuído erroneamente ao citado paciente.

Sustenta que o paciente é dependente de medicamentos e que no dia dos fatos, por não estar gozando de perfeita saúde física e mental, não tinha noção do acontecido.

Argumenta, pois, que o delito atribuído ao paciente foi equivocadamente lançado na denúncia como sendo roubo, mas que, de fato, trata-se do ilícito tipificado no art. 155, do CP.

Requer, então, que a custódia do paciente seja revogada, tendo em vista que existem motivos suficientes para a concessão da almejada liberdade.

A autoridade apontada como coatora, solicitada a prestar informações, relatou como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 29/30.

051

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou pela denegação da ordem, por intermédio do parecer de fls. 34/35, não vislumbrando constrangimento ilegal a ser sanado através do presente writ.

É O RELATÓRIO.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

052

PROCESSO Nº 0203063-3

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: IRACILDA GOMES DA SILVA

PACIENTE: DRAUZIO DYEGO PAES BARRETO REIS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO

V O T O

Consoante relatado, a impetrante requer a revogação da medida restritiva de liberdade, tendo em vista que não há motivo que justifique a prisão do paciente. Sustenta que, de forma equivocada, foi atribuída ao paciente a prática de roubo, quando na verdade o crime é o de furto (art. 155 do Código Penal).

Consta das informações judiciais de fls. 29/30, do qual se extrai o delineado retrospecto, que:

“(…)

O paciente foi preso em flagrante delito em 08 de outubro do corrente ano e posteriormente, denunciado como incurso nas penas do art. 157 c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Advogada constituída pelo acusado ingressou com pedido de relaxamento do flagrante. Após ouvir o Ministério Público que opinou pelo indeferimento, o pedido foi negado.

A denúncia foi recebida em 09 de novembro próximo passado, quando foi determinada a citação do acusado para oferecimento da defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, na

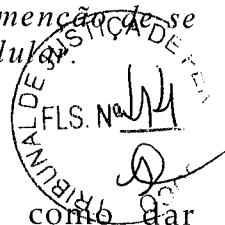
forma estabelecida nos artigos 396 e 396^A do Código de Processo Penal.

053

Citado pessoalmente, o acusado, através de sua advogada, apresenta defesa escrita com rol de testemunhas.

Vieram-me os autos conclusos quando, não vislumbrando a existência de qualquer das hipóteses que impusesse a absolvição sumária, designei o dia 05/02/2010 pelas 14:00 horas, para realizar a audiência de instrução e julgamento.

É bem verdade que o acusado é primário, mas tal condição por si só não é critério absoluto para impor a liberdade, principalmente, porque quando da prática delituosa, o acusado abordou a vítima sob ameaça de morte, mediante menção de se encontrar armado, dela subtraiu o seu aparelho celular (...).



Ora, diante de tais esclarecimentos, não há como dar guarida aos argumentos expendidos pela impetrante.

Primeiramente, tenho que a necessidade da manutenção da prisão do paciente foi devidamente justificada pelo Juízo de 1º grau. Ademais, é necessário frisar que, em tema de prisão cautelar, é razoável que se credite ao Magistrado, por estar mais próximo do local dos fatos e das pessoas envolvidas, melhores condições de aquilatar sobre a necessidade da segregação cautelar.

Analisando os fólios, verifico que o feito vem tramitando com regularidade. Com efeito, considerando que a prisão do paciente se deu no mês de outubro de 2009 e que a denúncia foi devidamente oferecida e recebida e já houve designação de data para a realização da audiência de instrução e julgamento, qual seja, o próximo dia 05/02/2010, não há que se falar em qualquer excesso de prazo.

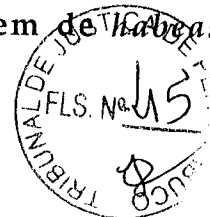
No tocante ao pleito de desclassificação do delito de roubo para o de furto, tenho que não merece amparo. Trata-se, pois, de matéria de mérito, que requer revolvimento de provas, não comportando, pois, a discussão na estreita via do *writ*.

Por derradeiro, no que se refere à alegação de que o paciente é dependente de medicamentos e que, por essa razão, não

apresenta boa saúde física e mental e/ou conduta orientada, é necessário frisar que cabe ao Juízo processante, quando ciente dos fatos, providenciar as medidas que entender necessárias.

054

Diante do exposto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem de *habeas corpus* pleiteada.



É COMO VOTO.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR